

A proposta CEPAL-OREALC: progresso técnico, cultura, política e educação

Fernando Casadei Salles

Fábula da fábula curta

— Ai de mim — disse o rato —, o mundo vai ficando dia a dia mais estreito. Outrora, tão grande era que ganhei medo e corri, corri até que finalmente fiquei contente por ver aparecerem muros de ambos os lados do horizonte: mas estes altos muros correm tão rapidamente um ao encontro do outro que eis-me já no fim do percurso, vendo ao fundo a ratoeira em que irei cair.

— Mas o que tens a fazer é mudar de direção, disse o gato, devorando-o.

F. Kafka

Apresentação

O objetivo deste trabalho é discutir as diretrizes propostas pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe (OREALC), para a reforma dos sistemas educacionais dos países que compõem esta região. Segundo as diretrizes, amplamente divulgadas através do documento: "Educação e Conhecimento —

Eixo da Transformação Produtiva com Eqüidade”, elaborado em parceria por estas instituições, em 1992, o progresso técnico deve ser adotado como elemento central para a orientação destes processos.

Contudo, como esta proposta nasceu da finalidade explícita de esboçar diretrizes gerais favorecendo vinculações sistêmicas entre educação, conhecimento e desenvolvimento, tomando por base pressupostos anteriormente veiculados em um documento elaborado pela Cepal (“Transformação Produtiva com Eqüidade — A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e Caribe nos anos 90”) para reorientar as políticas de crescimento econômico dos países da região, estaremos, também por força deste fato, obrigados a discutir algumas das idéias contidas neste outro documento.

Não só, portanto, por uma questão de precedência cronológica, mas, sobretudo, por causa deste esforço deliberado de adaptação e integração das diretrizes educacionais às econômicas, estaremos discutindo estas em primeiro lugar, para depois debatermos a concepção de educação assumida pela CEPAL-OREALC.

Algumas considerações gerais sobre a proposta da CEPAL

Depois de um balanço minucioso sobre a década de 80, que considera como perdida para os países da América Latina e Caribe, a CEPAL reaparece em cena com uma nova proposta de política de crescimento econômico para os países da região. Pode-se dizer que as idéias centrais norteadoras deste novo trabalho são de tal monta diferente das anteriormente sustentadas pelo organismo, que não exageram aqueles que vêem este esforço como uma profunda revisão da concepção de crescimento econômico até então adotada pela CEPAL.

Resumidamente, dois pontos básicos devem ser apresentados como demonstrativos deste esforço.

O primeiro deles é que o crescimento econômico deixa de ser enfrentado da perspectiva de uma luta contra a dependência econômica dos países subdesenvolvidos, em relação aos desenvolvidos, para constituir-se em uma corrida a favor da integração de

todos os países. Desse ponto de vista, todas as tentativas anteriores, que concebiam o desenvolvimento como um projeto ligado à independência nacional, econômica e política, deixam de fazer sentido. Em seu lugar são propostas estratégias integracionista-internacionalistas, cujas conseqüências, pela abrangência do processo, podem não se limitar apenas à desnacionalização dos sistemas econômicos, mas atingir igualmente os sistemas culturais e políticos destes países. Isto acontecendo, pode-se dizer não estaríamos diante de um simples processo de integração econômica, mas, sim, de um processo mais abrangente, cuja finalidade principal seria provocar a racionalização progressiva destas sociedades, com base em valores políticos e culturais internacionalizados pelos países capitalistas mais avançados. Neste sentido esta modernização, pela via da internacionalização dos processos, poderia não só estar representando a desmontagem de antigas formas de legitimação política adotadas por estes países, mas também a adoção de outras formas, cujos valores têm sua origem localizada fora do âmbito dessas culturas. Certamente é desta perspectiva que Adam Przeworski afirma-nos que a estratégia do processo de modernização, pela via da internacionalização, tem por finalidade *“a difusão em âmbito universal de padrões políticos, econômicos e culturais (democracia, mercados e individualismo consumista) dominantes no mundo capitalista avançado”* (PRZEWORSKI, 1993, p.222).

O segundo ponto que diferencia esta proposta das anteriores, pelo menos nos seus termos explícitos, é que o crescimento econômico deixa de ser pensado a partir apenas dos seus próprios resultados, para ser concebido principalmente como uma articulação destes com as finalidades do desenvolvimento social e político da sociedade. Assim sendo, o conceito de desenvolvimento deixaria de representar-se apenas pelos seus objetivos e resultados estritamente econômicos, para representar-se também como um processo, cuja legitimação social depende do alcance de outros objetivos. Enfim, o desafio do desenvolvimento deixa de ser o desafio *strictu sensu* do desenvolvimento econômico, pensado a partir apenas da sua própria

lógica, para ser proposto como um processo cuja sustentação dependerá do funcionamento de um novo tipo de lógica, uma espécie de "lógica mista", cuja constituição se concretizaria a partir de um processo de integração entre todas as lógicas que presidem cada um dos objetivos estabelecidos pela ação. Nestas condições, o crescimento econômico somente seria reconhecido como legítimo desde que pudesse representar à sociedade, onde ele se instalasse, como a contra partida de um processo voltado para o atendimento, ao mesmo tempo, de diversos objetivos: dentre eles, a melhoria da qualidade de vida, melhor distribuição das riquezas e um contínuo aperfeiçoamento da vida democrática.

A generosidade desta lógica que, imediatamente, lembra-nos a antiga aspiração de muitos homens: *"que desejam a mulher bêbada, mas ao mesmo tempo não abrem a mão de continuarem com o tonel de vinho cheio"* (GRAMSCI), encerra, no entanto, algumas dificuldades que merecem ser comentadas.

A primeira delas diz respeito à aparente paridade entre as lógicas econômica, política e social que preside a nova concepção de desenvolvimento. Há um esforço de apresentá-las como mútuas e recorrentes e interdependentes entre si. Não obstante este esforço, tanto uma como outra destas coisas, não se concretizam. Basta que verifiquemos que, em momento algum da análise que leva a formulação da concepção, esta deixa de priorizar o problema econômico para priorizar os outros dois problemas. Há uma nítida relação de precedência e, principalmente, de ênfase, que não esconde a preferência da lógica econômica em relação às outras duas: a política e a social. Por acaso não é um fato, que todas estas crises, incluindo a econômica, compõem um quadro de dificuldades que remontam às mais antigas origens históricas destes países? Então, por que não pensá-las a partir destas origens? Se isto não é verdade, por que a ênfase da crise fica por conta exclusiva e praticamente da crise econômica? Por que o documento não centraliza com igual destaque a crise política? A crise social? E a crise cultural, que por sinal nem é mencionada no documento? O que nos faz crer que, ou a CEPAL considera que a região tem este problema como resolvido, portanto, deste ponto de vista ela se encontra já dotada de personali-

dade própria e apta a relacionar-se de igual para igual com as outras culturas mais antigas e tradicionais do mundo, o que seria uma afirmação totalmente desproposita, ou ela considera que esse problema não tem importância alguma e, por conseguinte, sua existência não acarreta qualquer consequência aos processos políticos, sociais e econômicos dos países da região. Na verdade, na nossa opinião, esta forma de ver a crise isolada e prioritariamente pela perspectiva exclusiva da crise econômica, além de objetivar desistoricizá-la, provém, também, da idéia ingênua que acredita que todas as crises, a que nos referimos anteriormente, decorrem, "em última instância" de uma única e derradeira crise, a econômica. Que, por sua vez, se resolvida, solucionaria o problema de todas as outras. Ao contrário, o nosso pressuposto é de que, como todas estas crises formam um quadro de dificuldades que remontam, como anteriormente já nos referimos, às mais antigas origens de cada um destes países, agindo e reagindo umas sobre as outras, das mais diversas formas históricas, fica improvável solucioná-las, pensando-se em separá-las ou isolá-las. Desta forma, acreditamos que a solução deste quadro somente acontecerá se todas essas crises forem compreendidas a partir das suas origens históricas e puderem ser pensadas, efetivamente, como mutuamente recorrentes e determinantes entre si e não, isoladamente, como uma crise da economia, ou política, ou social, ou cultural. Tampouco pelo suposto de uma ter mais importância que a outra.

Outra dificuldade, para concordarmos com a concepção da CEPAL, diz respeito à ênfase que esta atribui à questão do progresso técnico. É tão acentuada essa ênfase que se pode dizer que é ela quase exclusivamente que orienta a formulação das principais diretrizes para a reforma dos sistemas de ensino proposta pela CEPAL, em parceria com a OREALC.

Diferentemente, este trabalho parte da premissa de que não há nenhuma evidência histórica que garanta que o progresso técnico seja capaz de, por si mesmo, constituir, de forma autônoma ou independente, o progresso como um todo de uma sociedade. A idéia

de que o progresso técnico signifique, invariavelmente, um valor positivo para a sociedade e a humanidade em geral baseia-se, no nosso entendimento, em um pressuposto positivista equivocados, de quem analisa o desenvolvimento da humanidade apenas como uma forma de desenvolvimento objetivado. Desenvolvimento material, desenvolvimento das coisas e nunca como desenvolvimento propriamente dito da humanidade. A tentativa de confundir uma coisa com outra, o progresso técnico com o progresso em geral da sociedade, presta-se, segundo a nossa opinião, à ilusão positivista, de que o mundo só continuará existindo se organizado e dirigido por padrões exclusivamente científico-tecnológicos. Tratar-se-ia, portanto, segundo essa concepção, da construção de um mundo que nem os próprios cientistas talvez acreditem seja possível de ser construído: um mundo totalmente científico e tecnologicado.

Por sua vez, é bom que antecipemos que as restrições aqui colocadas ao progresso técnico possam, em qualquer medida, ser vistas como uma fuga das escolhas ou das responsabilidades impostas pelo mundo real que, no limite, não reconhecem nem a sua importância ou, tampouco, seu papel vital para a sobrevivência em geral da humanidade.

O pressuposto, portanto, que estamos procurando estabelecer é de outra natureza. Não questiona o caráter imperativo, econômico do progresso técnico. Diz respeito, somente, às conseqüências que podem advir de uma postura que, no justo anseio do desenvolvimento destas sociedades, acabe superestimando o caráter instrumental desta ação, atribuindo-lhe objetivos que, pelas suas características, só podem ser alcançados pelo desenvolvimento e progresso cultural destas sociedades.

A Educação da Economia — A Proposta da CEPAL-OREALC

Apesar destas discordâncias com a proposta da CEPAL suscitar, cada uma delas, uma longa discussão, gostaríamos de abandoná-las, em parte, para nos concentrar naquela idéia que consideramos central na proposta de “Transformação Produtiva com Equidade”.

Idéia em torno da qual consideramos que se articulam todas as demais, inclusive as que vinculam entre si as políticas de recursos humanos com as de desenvolvimento econômico. Mesmo porque é desta idéia central que nasceu o documento que mais objetivamente pretendemos discutir neste trabalho, ou seja, "Educação e Conhecimento-Eixo da Transformação Produtiva com Equidade", produzido pela CEPAL-OREALC.

Segundo este documento, a idéia central da proposta "Transformação Produtiva com Equidade" (CEPAL), que articula todas as demais, inclusive as de política educacional, é aquela que diz que o pivô de todo o processo de transformação produtiva passa, obrigatoriamente, em todos os países da região, pela incorporação e difusão deliberada e sistemática do progresso técnico. O objetivo desta ação, por sua vez, prenderia-se às exigências decorrentes dos novos padrões de produtividade estabelecidos pela competitividade a nível de mercado mundial. Sem essa incorporação, as economias nacionais perderiam sua capacidade de competitividade, inviabilizando, por esta forma, qualquer possibilidade positiva de crescimento econômico. Sem esta, por sua vez, não haveria a possibilidade de pensar-se o problema da equidade social.

Ainda segundo esse documento, para a incorporação e a difusão do progresso técnico, intervém múltiplos fatores que dificultam a execução deste objetivo. Entre eles a proposta destaca

(...) o fortalecimento da base empresarial, a infraestrutura tecnológica, a crescente abertura à economia internacional e, muito especialmente, a formação de recursos humanos e o conjunto de incentivos e mecanismos que favoreçam o acesso e a criação de novos conhecimentos.

(CEPAL-OREALC, 1992, p.1)

No fundo, todos esses fatores são aqueles que diretamente concorrem para a realização da estratégia de integração competitiva das economias nacionais, tendo por base os padrões produtivo-tecnológicos praticados pela concorrência a nível de mercado

mundial.

Por sua vez, é desta perspectiva que o documento pronuncia a necessidade de “uma ampla reforma dos sistemas educacionais e de capacitação profissional existentes na região, mediante a geração de capacidades endógenas para o aproveitamento do progresso científico-tecnológico (CEPAL-OREALC, 1992, p.2).

Assim sendo, a reforma da educação estaria chamada a desempenhar um papel chave. Dela dependeria não apenas a capacitação profissional de toda a mão-de-obra da região, como a criação e articulação de todas as capacidades endógenas, capazes de, pela sua produção, abastecerem o processo dos conhecimentos científico-tecnológicos necessários ao seu funcionamento. Dada a extensão do objetivo proposto para a educação, cabe perguntar se à educação caberiam também outros fins que não esses de apenas difundir e generalizar os conhecimentos científico-tecnológicos, tão indispensáveis para o funcionamento deste modelo de desenvolvimento.

A resposta a essa indagação, que poderia ficar suspensa, como uma espécie de omissão da proposta, infelizmente tem conotações mais graves. A proposta acredita que não são necessárias outras finalidades. As que estão propostas, com base na difusão da ciência e da técnica, ao inserirem os indivíduos na competitividade, dada pelas novas formas de produção, criam automaticamente as condições para o exercício de um novo tipo de cidadania. No mínimo isto tem que ser considerado como uma charada. Como pode a ciência, que é uma coisa rigorosamente neutra, no sentido de ser indiferente a este ou àquele fim, ser posta a serviço de um fim tão indeterminado como este da nova cidadania? Não se pode conceber, portanto, como nos afirma Mário Viera de Mello “*que a Educação, que é uma atividade essencialmente articulada a fins, possa ser posta sob a tutela da ciência*” (MELLO, 1986, p.51).

Na verdade, toda a ênfase colocada sob a finalidade do conhecimento científico-tecnológico não visa uma estratégia educacional voltada para suprir as carências que se verificam em todos os países da região. A proposta não trata de uma revisão radical de nossos pressupostos irracionais e acientíficos e a implantação de doutrinas baseadas num espírito científico rigoroso, mas sim de uma simples

funcionalização dos fins da educação aos do progresso técnico e deste, por extensão, aos do progresso econômico.

Antes de tirarmos mais algumas conclusões a respeito destas idéias, gostaríamos de acrescentar mais duas que compõem o escopo geral do trabalho apresentado pela CEPAL-OREALC, para depois de exposto o conjunto das idéias que escolhemos para comentar, tecermos nossas observações finais.

A primeira delas diz respeito aos desafios colocados aos países da América Latina e Caribe para a superação de suas respectivas crises econômicas, políticas e sociais.

O documento começa por distinguir estes desafios em dois tipos distintos: os de natureza interna e os de natureza externa. No âmbito dos desafios internos,

(...) trata-se de consolidar e aprofundar a democracia, a coesão social, a equidade e a participação, em suma, a moderna cidadania. No âmbito dos desafios externos, trata-se de compatibilizar as aspirações de acesso aos bens e serviços modernos com a criação de meios que permitam efetivamente tal acesso: a competitividade internacional."

(CEPAL-OREALC, 1992, p.3)

Estado e mercado estariam, portanto, segundo esta concepção, chamados individualmente e através das relações que estabelecem entre si, a realizarem um processo de múltiplas características, desde a integração econômica, até as de natureza política e social.

Norbert Lechner e Robert A. Dahl rejeitam esta possibilidade, segundo a qual, por si só, Estado e mercado possam compatibilizar a integração econômica destes países no mercado mundial, com a integração social no âmbito das suas respectivas formações social-nacionais.

Para Lechner, esta possibilidade é inviável, simplesmente porque não existe, até hoje, nenhuma teoria conhecida e tampouco qualquer exemplo prático que comprove *"uma divisão de funções que atribua ao Estado a integração nacional e ao mercado a*

inserção internacional” (LECHNER, 1993, p.243).

A rejeição de Dahl, por sua vez, baseia-se em um excelente artigo, escrito por Adam Przeworski¹, que mostra porque os mercados concorrenciais não são necessariamente eficientes e não levam necessariamente ao crescimento econômico. Segundo Dahl, Przeworski sugere neste seu trabalho

(...) que um defeito adicional de uma economia de mercado estritamente concorrencial consiste nas suas graves debilidades morais, pois, mesmo que mercados concorrenciais produzissem resultados eficientes não seriam necessariamente justificáveis; e certos resultados justificáveis poderiam ser ineficientes. Há muitas razões pelas quais um resultado eficiente pode razoavelmente ser julgado injustificável, mas vamos restringir-nos a duas, muito amplas, justiça (ou equidade) e democracia. Quanto à justiça, um exemplo crucial pode bastar. Somente teríamos justificativas para aceitar como justo ou equitativo um resultado eficiente com base no pressuposto heróico, que muitas vezes é formulado e em seguida ignorado, de que a distribuição inicial de renda e de poder de barganha também era justa. Uma alocação de recursos que é maximamente eficiente (um ótimo de Pareto) é perfeitamente consistente com um número indefinido de distribuições de renda diferentes, que vão da igualdade perfeita à desigualdade mais extrema. Portanto, a proposição de que mercados concorrenciais não regulados são um meio necessário para resultados “eficientes” e “socialmente ótimos”, e portanto desejáveis, é moralmente trivial, se não tiver base, também, num argumento acerca da justiça e exequibilidade de distribuições alternativas de renda e de outros recursos cruciais.

(DAHL, 1993, p.229)

Neste sentido, não há como não concordarmos tanto com Lechner como com Dahl, de que a tese da harmonização entre as lógicas política-social pela via do Estado (Democracia + equidade social) com a econômica (integração pelo Mercado), proposta pela CEPAL, precisa, ainda, de muito fôlego para ser provada.

A outra idéia que queremos citar, para encerrarmos as nossas referências ao documento da CEPAL-OREALC, diz respeito ao significado e às características da centralidade que é atribuída à

Educação nesta proposta.

O documento inicia a justificativa da centralidade da Educação e da produção do conhecimento pelo reconhecimento que estas vêm obtendo junto aos países desenvolvidos e nas experiências exitosas dos países de “industrialização tardia”, para em seguida destacar que

(...) a difusão de valores, a dimensão ética e os comportamentos próprios da moderna cidadania, assim como a criação de capacidades e destrezas indispensáveis para a competitividade internacional (crescentemente baseada no progresso técnico) recebem um aporte decisivo da educação e da produção do conhecimento em uma sociedade. A reforma do sistema de produção e difusão do conhecimento torna-se, portanto, um instrumento crucial para enfrentar tanto o desafio no plano interno, que é a questão da cidadania, como o desafio no plano externo, que é a questão da competitividade

(CEPAL-OREALC, 1992, p.3)

Apesar da Educação ser apresentada como central, essa centralidade não diz respeito às finalidades estabelecidas a partir dos seus próprios pressupostos. A centralidade a que se refere a proposta da CEPAL-OREALC apenas diz respeito a sua capacidade de potencializar a estrutura de produção destes países. Neste sentido é a competitividade internacional, crescentemente baseada no progresso técnico, e não a Educação que delimita os fundamentos éticos da sociedade.

Feitas estas considerações gerais, que julgamos inicialmente suficientes para a pretensão que move este trabalho, gostaríamos de explicitar e argumentar a hipótese que, do nosso ponto de vista, invalida a solução proposta pela CEPAL-OREALC para a reforma dos sistemas educacionais dos países da América Latina e Caribe.

Nossa hipótese central é que constitui um grave erro de perspectiva, para os países da região, a adoção do progresso técnico como paradigma central para a reforma dos seus sistemas de ensino. E isto, fundamentalmente, por duas razões muito simples. A primeira, porque este processo vem sendo proposto sem qualquer

consideração ou referência ao processo de cada uma destas sociedades. Neste sentido, é pouco provável que sociedades, que até o presente momento não foram imbuídas de espírito científico, possam utilizar tal ideal para dinamizar, de uma hora para outra e de forma mágica, seus esforços educativos. Se este é um consenso internacional que se forma nos países mais desenvolvidos, conforme argumenta Guiomar Namó de Mello (1991), nem por isto ele deve ser automaticamente transferido-aos países subdesenvolvidos. Antes, é preciso procedermos uma profunda avaliação moral e intelectual do nível cultural em que estes países se encontram, para sabermos se têm os mesmos pressupostos morais, intelectuais e culturais dos países desenvolvidos, onde este ideal há muito tempo já se encontra instalado. Nossa hipótese é que a introdução brusca de um ideal educacional, que contrariasse violentamente as inclinações mais íntimas e profundas de cada um dos povos latino-americano e caribenhos, seria um ato inútil, fadado ao fracasso. A este propósito, Mario Vieira de Mello destaca, com muita perspicácia, que o equívoco desta pretensão decorre da visão sociologizante que os especialistas aplicam para análise das diferentes sociedades nacionais. Deste ponto de vista acreditam que todas elas possam ser descritas em termos gerais, independentemente do conhecimento particularizado que se tenha delas. Por essa razão, deixam de apreciá-las do ponto de vista cultural, porque se assim o fizessem, seriam também obrigados a reconhecê-las como características fortemente diferenciadas e, portanto, extremamente individualizadas. Desta forma, conclui V. de Mello:

(...) da falta de distinguirem esses dois pontos de vista resulta a crença de que inovações no terreno pedagógico que se verificaram em determinados condicionamentos culturais podem ser facilmente transferidas para uma sociedade que se diferencia por condicionamentos culturais totalmente diversos. O que ocorre é um verdadeiro esquecimento do contexto da cultura dentro do qual se deveria colocar o processo educacional e a sua substituição pela sociologia, pela ciência que passa então a funcionar como o quadro legítimo das operações ligadas ao esforço pedagógico.

(MELLO, 1986, p.48)

A segunda razão para nos opormos à centralidade do progresso técnico, tal como ela vem sendo proposta pela CEPAL-OREALC, como paradigma para as reformas educacionais dos países da América Latina e Caribe, é que ele, pela sua natureza instrumental, não pode constituir-se em um fim da Educação e muito menos em um fim da própria sociedade. Assim posta, esta segunda razão obriga-nos a discussões aparentemente distintas, mas bastante interligadas entre si, que pretendemos finais para o objetivo deste trabalho. Ou seja, por um lado, é preciso atermo-nos à discussão da natureza e do caráter instrumental representado pelo progresso técnico e, por outro, dessa natureza equivocadamente vir a ser considerada também como um valor fim da Educação.

O progresso técnico e suas idiossincrasias

Anteriormente falamos sobre uma preocupação nossa quanto ao significado que possa vir a ter, para os países em desenvolvimento, o chamado processo de globalização da economia. Não mencionamos a mesma preocupação em relação aos países de capitalismo avançado porque, na verdade, os vemos como os grandes beneficiários deste processo. Mas Przeworski fez essa associação sem meias palavras. Segundo Przeworski, este processo tem um objetivo bastante delimitado, que é o de transplantar para os países não desenvolvidos padrões “políticos, econômicos e culturais dominantes no mundo avançado”. Seja como for, com meias ou sem meias palavras, essa febre de modernização tem implicado uma efetiva racionalização do mundo, atingindo não apenas as instituições, como também os conceitos de política e de cultura.

Deste ponto de vista estaríamos hoje diante de um processo muito parecido com aquele que, no início do século, fez Max Weber introduzir o conceito de “racionalidade” como forma de explicação “*da atividade econômica capitalista, das relações de direito privado burguesas e da dominação burocrática*” (HABERMAS, 1983, p.313). Com a diferença que, para Weber, “a racionalização”

dizia respeito apenas à modernização de algumas sociedades européias, onde o ideal capitalista não tinha ainda se desenvolvido plenamente. Tratava-se, neste caso, da propagação a todos os setores e atividades destas sociedades, de uma nova forma de agir-social-com-respeito-a-fins imposta pela racionalidade capitalista, que começava a surgir. Enquanto agora, esta modernização, pela via da internacionalização, tratar-se-ia da expansão, via exportação, para todos os países do mundo de um novo agir-racional-com-respeito-a-fins, criado e consolidado nos países capitalistas mais avançados. Em síntese, a diferença ficaria por conta exclusiva de que, em Weber, o conceito de "racionalização" dizia respeito à imposição da nova racionalidade capitalista, enquanto agora trata-se da expansão, a nível mundial, desta hegemonia.

Como o fio condutor do conceito de "racionalização" de Weber é o progresso técnico, portanto, o mesmo que orienta toda proposta da CEPAL-OREALC, é importante que façamos algumas observações, mesmo que muito ligeiras, porém indispensáveis, a esse respeito. Primeiramente interessa-nos discutir o conceito, tal como foi proposto por Weber, para saber que tipo de implicações materiais, políticas e culturais resultou para a humanidade. Tendo em vista que a introdução deste conceito de racionalidade, como lógica central das sociedades européias, não impediu que estas fossem arrastadas pela fúria da irracionalidade de duas grandes guerras mundiais e, algumas delas, tenham adotado regimes comprometidos com as ideologias totalitárias do fascismo e do nazismo. Portanto, há uma discussão intransferível sobre a finalidade deste conceito, na medida em que, com algumas nuances, algo muito parecido com seu sentido conceptual vem sendo proposto pela CEPAL, como solução para os problema de modernização das sociedades latino-americanas e caribenhas.

Antes de fazer as observações que consideramos pertinentes, gostaríamos de destacar que as mesmas serão feitas tendo por base dois pressupostos, que de certa forma não constituem nenhuma novidade, visto que os viemos reiterando desde o início deste trabalho.

O primeiro é que o progresso econômico possa, de alguma forma, sobrepujar as diferentes crises, sobretudo a cultural que,

indiscriminadamente, atinge todos os países da região.

O segundo é um pressuposto emprestado de Walter Benjamin, extraído das suas reflexões acerca das relações que a questão da tecnologia estabeleceu com a sociedade alemã desde a Primeira Guerra Mundial e que, posteriormente, culminaram no desastre da Alemanha nazista. Para Benjamin, o problema não era do avanço técnico em si, mas sim da forma como este avanço estava sendo proposto para a sociedade alemã. Um ponto central desta preocupação, Benjamin localizava na forma como estava sendo apresentada, para a sociedade alemã, a questão da objetividade da tecnologia. Benjamin não tinha qualquer dúvida em apreciá-la como uma espécie de “objetividade fantasma”. Isto porque, sempre que suas virtudes eram realçadas para a sociedade alemã, isto era feito tendo em vista apresentá-la com *“uma autonomia tão rigorosamente racional e toda abrangente que ocultava todo traço de sua natureza fundamental: a relação entre as pessoas”* (HERF, 1993, p.45). Outro ponto central para Benjamin é de que este avanço técnico proposto se fazia, na Alemanha da época, contra os ideais iluministas e francamente de acordo com pressupostos irracionais, extraídos do romantismo e do nacionalismo alemão. Em outras palavras, o pressuposto que estamos emprestando de Benjamin, é o de que a modernização técnica e industrial não implica necessariamente a modernização em sentido mais amplo da sociedade, quer político, quer social, quer cultural.

Feitas estas apreciações, gostaríamos de passar às considerações propriamente ditas, iniciando pelo conceito de “racionalização” proposto por Weber, lembrando que o seu significado, guardadas as diferenças anteriormente assinaladas, é muito próximo do estabelecido pela proposta da CEPAL. Pelo menos no que diz respeito às idéias de ampliação da base social submetida a padrões de decisão racional e à difusão do progresso científico e técnico, idéias essas sustentadas por ambas as posições.

Dessa maneira é bom que comecemos pela indagação do significado da idéia de “base social submetida a padrões de decisão

racional”, que no fundo consiste na definição weberiana de racionalidade. Para Weber, essa idéia correspondia à industrialização de todo o trabalho social com uma conseqüente e crescente tecnização do Estado. Tanto em um como em outro destes casos, tratava-se para Weber, da propagação de um agir-racional-com-respeito-a fins. Foi por essa razão que Weber associou, como condição intrínseca ao seu conceito de “racionalidade”, o nível de institucionalização que cada sociedade fosse capaz de oferecer ao progresso científico-tecnológico. Para o autor, quanto maior essa disposição, maiores seriam as possibilidades de superação das formas tradicionais de compreensão do mundo e suas correspondentes formas de agir social. Ou seja, para Weber, a institucionalização da ciência e da tecnologia representava a forma mais prática e eficiente para o desinfeitiçamento do mundo e conseqüente racionalização progressiva das sociedades modernas.

Mas para que esta intitucionalização acarretasse a racionalização progressiva da sociedade, era preciso que sua difusão fosse considerada por si mesma, também como uma ação vital deste processo. Não é, portanto, por qualquer apego iluminista ou devaneio intelectual acadêmico que Weber realça o papel da Educação. Sua posição decorre exclusivamente de uma visão pragmática, de quem vê na Educação a forma mais eficiente e eficaz para a difusão e generalização, no âmbito da sociedade, do conhecimento científico-tecnológico. É importante também que não dissociemos esta importância, atribuída por Weber, para a difusão do progresso técnico com o papel estratégico que este lhe atribuía dentro do conceito de “racionalização”. Para Weber, a difusão da ciência e da técnica representava, antes de mais nada, a difusão de um novo agir social, que, pelas suas características, acabaria, de uma forma ou de outra, acarretando a desestabilização e subversão das sociedades nobiliárquicas, instaladas dentro dos aparelhos de Estado. Talvez, neste sentido, Weber tenha sido o primeiro a perceber a função do progresso científico-tecnológico, não apenas como força produtiva, mas também enquanto ideologia. Mas é bom que destaquemos que este *a priori* político, atribuído por Weber, à ciência e à tecnologia, nada tem a ver com a idéia de um *a priori*

amplo, que incluísse nele não apenas a desestabilização das sociedades nobiliárquicas, mas também a das sociedades de classe. O valor histórico do *a priori* político, atribuído por Weber, à tecnologia, refere-se, portanto, apenas à sucessão das sociedades arcaicas pelas modernas sociedades burguesas, para as quais, por sinal, seu conceito de racionalidade nada determina.

Marcuse, contudo, considera que essa indeterminação, expressa no conceito de Weber, possa, por alguma forma, ser considerada involuntária. Para Marcuse, é exatamente essa indeterminação do conceito que representa a sua maior determinação. Isto porque está convencido de que, no processo que Weber chamou de racionalização,

(...) dissemina-se não a racionalidade como tal, mas, em seu nome, uma determinada forma inconfessada de dominação política. Visto que se estende à escolha correta entre estratégias, ao emprego adequado de tecnologias e à organização de sistemas de acordo com fins determinados

(MARCUSE apud HABERMAS, 1983, pp.313-314)

Marcuse considera que, ao subtrair à reflexão dos interesses globais da sociedade e ao não considerar a técnica sempre como um **“projeto histórico social (*Project*), onde nela é projetado (*Projektiert*) aquilo que a sociedade e os interesses que a dominam tencionam fazer com o homem e as coisas”** (MARCUSE apud HABERMAS, 1983, p.314), Weber impede que o seu conceito de racionalização expresse, verdadeiramente, um processo de **“reconstrução racional da sociedade”**.

Não ocorre, porém, a Marcuse, que a sua crítica à impossibilidade da **“reconstrução racional”** proposta no conceito weberiano, pode também ela própria racionalizar-se em outras formas de irracionalidade. Podendo, desta maneira, diferir não só possibilidade weberiana criticada por ele que neste caso, trata-se da imposição histórica da hegemonia determinada pela universalização da lógica capitalista sobre toda sociedade, mas, também, da sua própria crítica que neste caso, trata-se da lógica da dominação política capitalista.

Dessa perspectiva, na nossa opinião, a história não está obrigada a desenvolver-se nem pela forma preconizada por Weber, expressa através do seu conceito de racionalização, nem tampouco pela crítica de Marcuse feita a este conceito. Isto porque, apesar do conceito weberiano diferir da crítica marcusiana quanto ao resultado do processo histórico, a primeira, apostando na “hegemonia” capitalista e a segunda, na sua “contra-hegemonia”, ambas, porém, identificam-se em um ponto comum, bastante importante: nenhuma das duas imagina a história como um produto de tempos diferentes e portanto, de possibilidades também diferentes.

Nesse sentido, é sugestiva a interpretação que Arno J. Mayer faz das causas que conduziram a humanidade, neste século, aos cruéis e irracionais episódios vividos no transcurso das duas grandes guerras mundiais. A tese de Mayer é de que a primeira e protogênica fase dessa crise, que deu origem à primeira guerra mundial, deveu-se a uma “remobilização contemporânea dos *anciens regimes* da Europa” (MAYER, 1990, p.14). A principal premissa que Mayer utiliza para sustentar sua tese, é que a ordem europeia, que precedeu esses acontecimentos, era, ao contrário do que quase todos os historiadores sustentam, uma ordem “totalmente pré-industrial e pré-burguesa”.

Independentemente da adesão que possamos manifestar pelas conclusões contidas na análise feita por Mayer a respeito desse período histórico, importa-nos, para efeito desse trabalho, destacar o peso que ele atribui à força da tradição.

Ao sustentar a tese da remobilização contemporânea dos *anciens regimes*, como a primeira e protogênica fase da crise, que deu origem à Primeira Guerra Mundial, Mayer leva-nos a compreender que o movimento histórico não está obrigado a realizar-se apenas pela sua possibilidade progressiva, podendo também realizar-se pela sua possibilidade regressiva. Ora, se essa possibilidade pode ser pensada em termos de processo histórico, por que não pensá-la também para os casos dos países latino-americanos e caribenhos, que mais do que os da Europa do início do século, têm suas estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais, até hoje, totalmente dominadas por traços reacionários e arcaicos? Por acaso

houve na estrutura social, política, econômica e cultural dos povos que constituem os países desta região, nos últimos 100 ou 150 anos, período em que foram desfeitos os laços coloniais que prendiam seus destinos aos da Europa, alguma modificação importante que acarretasse uma modificação de mentalidade importante nas suas elites ou nos seus povos? O que dizer do nosso passado colonial suprimido, via de regra, pelo exercício de inconfessáveis "conchavos" ou pelo expediente diplomático-burocrático, onde poucas vezes interveio uma vontade nacional, soberana e independente? E a escravidão? Pode-se afirmar com segurança que a sua abolição representou um indiscutível ganho moral para o patrimônio cultural destas sociedades, de tal forma que essa vitória tenha-nos servido como uma sólida referência ética para a construção de sociedades mais justas, mais fraternais, e sobretudo mais livres? Ou, em que medida todas essas questões não formam um emaranhado de tradições reacionárias que funcionam como um obstáculo para uma real racionalização progressiva destas sociedades? Por fim, para encerrarmos essa série de indagações, gostaríamos de acrescentar apenas mais uma, que consideramos indispensável para a compreensão do raciocínio que estamos tentando desenvolver. Pois bem, se todas essas questões, para as quais até hoje não conseguimos respostas seguras e consistentes, constituem, como tudo indica que sim, um emaranhado de problemas que nos têm impedido de construir sociedades mais justas e mais livres, onde então, consideramos que a Educação deva jogar seu papel? Na transformação produtiva da sociedade? Ou na formação de indivíduos preocupados em vencer este emaranhado de questões que, sistematicamente, nos têm impedido de vislumbrar a liberdade e a igualdade como valores intangíveis a estas sociedades?

Para nós a falta de respostas para estas questões indica ou uma omissão deliberada do documento que não as considera como importantes, ou expressa a crença ingênua que o poder de racionalização, incorporado às novas tecnologias é tão acentuado, que quaisquer valores ou crenças ligados à tradição são-lhe absolutamente

indiferentes. Em qualquer um dos casos tratar-se-ia de uma história finalizada, sem tempo para o passado e exclusivamente voltada para o futuro. Que mesmo assim, também não poderia ser considerada história, mas sim pura racionalidade técnica, visto que sua ação se estende, como bem acentua Marcuse em passagem já anteriormente citada, à “escolha correta entre estratégias, ao emprego adequado de tecnologias e à organização de sistemas de acordo com fins determinados”.

Mas a tese de Mayer não contradiz essas afirmações apenas pela convicção da continuidade do processo histórico, mas, também, pela forma como compreende o próprio desenvolvimento histórico. Para Mayer, qualquer fato histórico deve ser entendido sempre como um produto de diferentes tempos históricos, que, ao se combinarem, geram, também, diversas possibilidades.

É exatamente esta desigualdade de tempos que envolve o fato histórico que obriga o historiador, segundo Mayer, a não só considerar “o grande drama da transformação progressiva, mas também a implacável tragédia da permanência histórica, e investigar a interação dialética entre ambas” (MAYER, 1990, p.14).

Coisa que, por sinal, Jeffrey Herf faz com muita competência na sua análise sobre o fenômeno do nazismo na Alemanha. A explicação principal proposta por Herf para esse fato, é de que ele só pode ser entendido se visto como

(...) produto de uma interação dialética entre as forças da inércia e resistência, expressamente antimodernistas, românticas e irracionalistas existentes no nacionalismo alemão, com a mais óbvia manifestação da racionalidade de meios-e-fins, representada pela tecnologia moderna

(HERF, 1993, p.13)

Essa espécie de teoria da racionalidade da irracionalidade, proposta por Herf para a análise do fenômeno do nazismo, que ele denomina como “modernismo reacionário”, é de que essa situação só foi possível porque os ideólogos nazistas foram muito competentes no processo de incorporação da tecnologia moderna ao sistema cultural do nacionalismo alemão. Fizeram essa incorporação sem abrir mão

de qualquer um dos aspectos românticos e irracionais que compunham a reacionária cultura representada pelo nacionalismo alemão.

Para desespero de Weber — que via na Universidade o lugar onde, por excelência, se formariam os especialistas de origem burguesa e classe média para as equipes do aparelho de Estado, seguro de que as exigências do estudo disciplinado e do serviço burocrático subverteriam e diminuiriam a sedução da sociedade nobiliárquica — Herf propôs a explicação inversa, ou seja, todo irracionalismo presente na ideologia nazista foi difundido e irradiado para toda a cultura alemã, a partir das universidades técnicas, onde, ironicamente, a teoria weberiana da racionalidade progressiva da sociedade mais depositava suas esperanças.

Segundo Herf, essa apropriação irracional da tecnologia, que, reiterando, consistiu na conciliação da racionalidade de meios-e-fins expressa pela institucionalização do progresso técnico com o irracionalismo presente no conservadorismo alemão, predominantemente influenciado pelo romantismo, nacionalismo e fortes convicções anti-liberais, começou a ser difundido e generalizado nas universidades, a partir da virada do século.

De acordo com Herf esse processo foi

(...) primeiramente defendido pela intelectualidade não técnica na revolução de Weimar; encontrou abrigo no Partido Nazista na década de 20 e entre os propagandistas do regime na década de 30; e transformou-se num fator que concorreu para o triunfo da ideologia totalitária até 1945.

(HERF, 1993, p.14)

Enfim, o que queremos extrair de todas essas análises, desde o conceito de racionalização de Weber, passando pela crítica de Marcuse, às análises de Mayer sobre a remobilização contemporâneas dos *anciens regimes* e finalmente às análises sobre o nazismo feitas por Herf, é que o progresso técnico, por si só, não liberta o homem, nem da barbárie e tampouco da opressão. Em alguns casos,

conforme a instrumentalização que os homens lhe atribuíam, suas conseqüências podem gerar mais irracionalidade que racionalidade. E isto porque desde sua origem mais inicial, o progresso técnico é por excelência neutro. Ou seja, o progresso não reúne entre nenhuma das suas virtudes qualquer uma que o predisponha a realizar-se como um processo apontado para o bem ou para o mal da sociedade. São os homens, com as suas vontades, formadas ou mal formadas por valores éticos, que lhe determinam a finalidade. Para o bem servirá naturalmente à causa da libertação do homem, para o mal servirá à causa contrária, a da opressão, podendo chegar até à barbárie, como foi o caso do nazismo, de algumas “democracias do leste europeu” e de tantos outros exemplos históricos que poderiam ser lembrados. De qualquer forma, o que vale assinalar é que são os homens, com a consciência que têm do mundo, com os valores morais e éticos que conseguiram amearhar ao longo do processo civilizatório, que dirão para que finalidade aspiram o progresso técnico. Portanto, por mais importância que o progresso técnico tenha para uma sociedade qualquer ou para o mundo em geral, essa importância nunca poderá substituir ou prescindir da vontade e da consciência humana, que são o que importa, não apenas para a Educação, como, sobretudo, para a sobrevivência da própria humanidade.

Na verdade, sob a fachada da racionalização, onde se oculta o discurso pragmático, defensor da centralidade do progresso técnico como um valor fim, esconde-se não apenas um erro de conceito mas, também, uma subestimação dos valores espirituais que configuram o progresso como um todo de uma sociedade.

Bosi considera que essa confusão tem sua origem nos discursos pragmáticos quando, no desejo de realçarem a eficácia e a competitividade, como condição para a retomada do crescimento econômico, acabam atribuindo a esses meios um valor que efetivamente eles não possuem ou seja, deles constituírem-se como verdadeiros valores fins da atividade humana em geral.

Segundo Bosi, é

(...) justamente como valores-fins do processo de humanização que essas qualidades inerentes ao capitalismo

clássico perderam seu apelo e confiabilidade. Elas já provaram copiosamente na Alemanha e no Japão do eixo fascista, por exemplo, que por serem instrumentais, podem servir a qualquer formação ideológica, inclusive às mais incompatíveis com a prática da cidadania. De resto depois dos anos 70 e 80, todos sabemos, na América Latina, que não há relação íntima entre produtivismo e democracia. Quando o crescimento é tomado como um fim, os outros valores ou são descartados ou lhe são subordinados.

(BOSI,1992, p.373)

Mas as evidências de que o progresso técnico não representa o progresso como um todo de uma sociedade não precisam ser atestadas apenas pelos exemplos internacionais, como alguns desses anteriormente citados. Em um certo sentido o Brasil é também um exemplo típico e bastante expressivo desta afirmação. Basta que consideremos que quase 100 anos do mais intenso crescimento econômico acumulou, ao lado desse excepcional resultado, um fracasso de igual dimensão nos campos social, político e cultural.

Por sua vez, não se trata de desconhecer a importância do progresso técnico ou do progresso econômico como fatores incondicionantes para a sobrevivência material de qualquer sociedade. Mas daí considerá-lo como auto-suficiente para a realização de um processo positivo de racionalização de uma sociedade qualquer, vai, sem dúvida alguma, uma distância muito grande. Em outras palavras, a ruptura com o atraso arcaico ou reacionário de qualquer formação social, transcende as possibilidades do progresso técnico, que, como bem salientou Bosi, "pode servir a qualquer formação ideológica."

Desse ponto de vista, qualquer ação destinada à superação daqueles traços que configuram tanto a nossa formação social, como a de todos os países latino-americanos e caribenhos em geral, deve ser considerada muito mais a partir da representação histórica, política e sobretudo cultural, construída pelas classes sociais conservadoras desses países, que, propriamente, pelo aspecto do progresso técnico, sob o qual essas classes apenas dissimularam até

o momento, através de um processo de modernização conservadora, o verdadeiro caráter reacionário destas sociedades.

Enfim, a batalha pela generalização e difusão do conhecimento científico-tecnológico na nossa sociedade, como pretendem alguns educadores e, especialmente, a CEPAL-OREALC, não deve ser apreciada apenas pela perspectiva dessa onda neoliberal de competitividade internacional, industrialismo de produção ou de preocupação exclusiva com a melhoria da nossa capacidade de produção. Senão antes, devemos nos preocupar, muito mais, em associarmos à Educação, fins baseados em valores humanísticos, que, pela sua ação, assegurem um pensamento crítico na sociedade, capaz de orientar, exclusivamente, de forma positiva, tanto a generalização como a difusão desse processo.

Dessa maneira, se pretendemos introduzir, de forma orgânica e sobretudo crítica, o conhecimento científico-tecnológico na nossa cultura, utilizando-nos da Educação como eixo central dessa estratégia, é preciso, contudo, não esquecermos que sua inserção só será positiva para a nossa sociedade, como para qualquer outra sociedade latino-americana e caribenha em geral, se as condições culturais, existentes nessas sociedades, estiverem minimamente preparadas para essa finalidade.

Enfim, tão evidente quanto reconhecer a enorme importância de que se reveste a ação de introduzir na nossa cultura o conhecimento científico-tecnológico, para efeito da construção de um mundo melhor, é reconhecer, também, que por si só, ou seja, como um valor-fim, ele está desde já limitado pela sua condição de conhecimento meramente instrumental a operar o grande objetivo humanístico de libertar o homem tanto da barbárie como da opressão.

Finalmente, como nos diz Bosi, por si mesmo, ele não passa de um simples **“meio de ataque e defesa na sociedade da concorrência”** (BOSI, 1992, p.342).

Nota

1. Dahl refere-se ao artigo de Adam Przeworski denominado *A falácia neo liberal*, Lua Nova, São Paulo, n.28-29, 1993.

Resumo

O objetivo deste trabalho é discutir as vinculações sistêmicas, propostas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e a Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe (OREALC), entre desenvolvimento econômico, educação e conhecimento.

Seu âmbito está definido pela crítica à proposta: "Educação e Conhecimento — Eixo da Transformação Produtiva com Equidade" elaborada em 1992, por estas instituições. Tal trabalho pretende, de um lado, identificar as razões econômicas, políticas e culturais que subjazem às conexões entre desenvolvimento econômico e educação propostas neste documento e, de outro, apontar as possíveis conseqüências que podem advir aos países da região, em termos de seus sistemas de ensino, se adotadas as orientações propostas pela CEPAL-OREALC.

Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 2 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CEPAL. *Transformação Produtiva com Equidade — A Tarefa Prioritária do Desenvolvimento da América Latina e Caribe nos anos 90*. Nações Unidas, Santiago do Chile, 1990.
- CEPAL-OREALC. *Educação e Conhecimento — Eixo da Transformação Produtiva com Equidade*. Nações Unidas, Santiago do Chile, 1992.
- DAHL, Robert A. *Porque os Mercados Livres não Bastam*. Lua Nova, São Paulo, n.28/29, 1993.

HABERMAS, Jurgen. Técnica e Ciência enquanto Ideologia. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HERF, Jeffrey. O Modernismo reacionário, tecnologia, cultura e política na República de Weimar e 3 Reich. São Paulo: Ensaio, 1993.

LECHNER, Norbert. Estado, mercado e desenvolvimento na América Latina. Lua Nova, São Paulo, n.28/29, 1993.

MELLO, Guiomar Namó de. Políticas públicas de educação. Estudos Avançados. São Paulo, USP, v. 5, n.13, p.7-47, 1991.

MELLO, Mario Vieira de. O conceito de uma educação da cultura — com referência ao estetismo e à criação de um espírito ético no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

PRZEWORSKI, Adam. A falácia neoliberal. Lua Nova. São Paulo, n. 28/29, 1993.